

O ciclo das calamidades econômicas que flagelam o Brasil até hoje começou com o fim do chamado "milagre econômico brasileiro", que coincidiu com o fim do governo Médici: a crise do petróleo enfrentada com uma política temerária de mais gastos e mais investimentos, a criação de mais 200 empresas estatais e a expansão desmesurada da dívida externa para sustentar o agigantamento do Estado fizeram do governo imperial do general Geisel um dos piores da nossa História.

Depois foi uma sucessão de calamidades, com uma sequência de governos que se revelaram absolutamente incapazes de deter o processo de crescimento do Estado e de desorganização de suas finanças desencadeado pelo governo Geisel: João Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor de Mello e, agora, Itamar Franco.

Estamos, pois, há 20 anos vivendo em permanente estado de **calamidade econômica**, como consequência das contribuições que são cobradas das empresas privadas e dos assalariados para sustentar o Estado predador que se instalou no País a partir do início da década de 70.

E, para combater **calamidades econômicas**, como essas que atingem seu auge agora, o que inventa o ministro Fernando Henrique Cardoso, aquele que, em entrevista a **O Estado de S. Paulo**, diz que não gosta de aumentar impostos? Sim, isso mesmo, um Imposto de Calamidade Econômica!

Criar-se-ia na Constituição uma espécie de "estado de sítio" na área tributária, ou seja, diante de uma calamidade econômica a ser definida pelo governo de plantão, estariam suspensas, pelo prazo de dois anos, as garantias constitucionais que preservam os contribuintes da voracidade tributária das autoridades econômicas.

É claro que não acreditamos que os deputados e os senadores aprovelem uma barbaridade dessas. Mas a simples sugestão apresentada pelo ministro da Fazenda serve para nos advertir dos riscos que corremos neste momento em que o governo negocia com o Congresso a aprovação de um Orçamento com déficit zero. Já basta a última contribuição que o governo está exigindo da sociedade com os aumentos que o ministro Fernando Henrique está patrocinando: ele já aumentou o IPI e o IOF, reduziu o prazo de recolhimento dos impostos federais, restabeleceu a Cofins e o IPMF e propôs o aumento de 5% das alíquotas de todos os impostos federais. Com isso, a carga tributária, no ano que vem, será elevada para 28,2%, a maior de nossa história, superior até ao recorde de 26,9% de 1990, propiciado pelo confisco do Plano Collor.

Esta é a contribuição do setor privado para a "zeragem" do déficit. Quanto à do setor público, Fernando Henrique até hoje não explicou como serão feitos os cortes de US\$ 22 bilhões no Orçamento de 1994. Ele já fez con-

cessões aos militares, ao Judiciário, ao Legislativo e está para fazer outras aos Estados e municípios, o que confirma a suspeita de que seu ajuste fiscal vai ser feito de fato só por meio de aumentos de impostos. E tudo isso vai continuar "vazando" pelos famosos ralos da República que ele mesmo denunciou.

Os desperdícios do setor público são muito citados pelos homens do governo, mas combatê-los mesmo, que é bom, nada. Sabe-se que cerca de 20% do PIB são perdidos anualmente nos esquemas de corrupção, fora o que é gasto perdulariamente em salários e custeio da máquina administrativa. E o que vemos? A comissão criada pelo presidente da República há quase um mês para investigar as ramificações dos escândalos do Orçamento levantados no Congresso com o Executivo até hoje não foi instalada. Mas a Receita Federal não perde tempo nas suas batidas anti-sonegação. E só no setor privado. Ninguém foi cobrar da Petrobrás o recolhimento do Imposto de Importação de Petróleo. Há dias o governo baixou uma portaria só para lembrar a todo o setor público que há uma determinação constitucional que estabelece que nenhum funcionário público pode ganhar mais do que o presidente da República. Neste final de semana, o secretário da Administração Federal, Romildo Canhim, confessou candidamente que só pode fazer cumprir essa portaria na administração direta federal. Legislativo, Judiciário e empresas estatais estão fora. Ao mesmo tempo, um fato que se deve repetir às dezenas pelo Brasil: a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou um generoso aumento salarial para desembargadores, conselheiros do Tribunal de Contas, juizes e procuradores que, pelo famoso princípio da isonomia, irá beneficiar também delegados, oficiais da PM e, naturalmente, os deputados estaduais. É para continuar sustentando mamatas desse tipo que os governadores se recusam a aceitar o congelamento de 15% das transferências da União.

O ministro não tinha necessidade de explicar que "a calamidade econômica pode ter efeitos tão desastrosos para a sociedade quanto aqueles advindos da iminência ou da realidade de uma guerra externa", como reza o texto enviado ao Congresso. A sociedade brasileira já tinha chegado a essa conclusão havia bastante tempo. É exatamente por isso que se mostra disposta a pagar os impostos de calamidade econômica que ele incluiu em sua proposta orçamentária e que representam aumento da carga tributária da ordem de 4% do PIB.

Agora, pretender que essa sociedade aceite a sua sugestão para que um futuro ministro que porventura se veja diante de situação semelhante à que ele enfrenta hoje possa decretar o "Estado de Sítio" fiscal, para safar-se dela sem maiores problemas com o Congresso, é menosprezar sua inteligência.